

De "O Artigo 200" a "O Aborto": a trajetória de um romance naturalista

From the "Article 200" to "The Abortion": a naturalist novel's trajectory

Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: Este estudo aborda a trajetória do romance naturalista *O aborto*, do escritor macaense Alberto Figueiredo Pimentel, desde seu surgimento em folhetim no *Província do Rio*, jornal de Niterói, obtendo grande sucesso de vendagem no momento de sua publicação em volume, em 1893, pela Livraria do Povo, de Pedro da Silva Quaresma, até cair no completo esquecimento. Destaca, igualmente, as marcas de filiação ao Naturalismo presentes em seu espaço associado, na circulação interna de textos e na autorreferenciação.

Palavras-chave: Figueiredo Pimentel. *O aborto*. Romance naturalista. Jornalismo.

Abstract: This essay studies the trajectory of the naturalist novel *The abortion*, by Brazilian writer Alberto Figueiredo Pimentel, starting with its first appearance as a *feuilleton* at Niterói's newspaper *Província do Rio*, attaining great commercial success when published in book format, in 1893, by editor Pedro da Silva Quaresma, up to its complete later disappearance. The essay also highlights markers of adherence to the Naturalist aesthetics in its associated space, as well as in the internal circulation of texts and self-referentiality.

Keywords: Figueiredo Pimentel. *The abortion*. Naturalist novel. Journalism.

PÚBLICO!

Morde-me a mim e ao meu livro com toda a tua hidrofobia; lança-nos os teus insultos e as tuas fezes; calunia-nos; fere-nos!

(PIMENTEL, *O aborto*, 1893).

O romance-folhetim e seu periódico

O artigo 200 foi o título escolhido por Albino Peixoto, pseudônimo do jovem escritor macaense Alberto Figueiredo Pimentel (1869-1914), para lançar seu primeiro romance no jornal niteroiense *Província do Rio*. Pouco se sabe sobre esse jornal, hoje raro, e as informações mais seguras que possuímos sobre o folhetim são fornecidas pelo próprio autor no “Prefácio Indispensável”, escrito para o lançamento do romance em volume, em 1893.

O título do romance-folhetim retoma diretamente o Artigo 200 do *Código Criminal do Império do Brasil*, lei de 16 de dezembro de 1830, que se encontra na Parte Terceira – Dos crimes particulares –, Título II – Dos crimes contra a segurança individual –, Capítulo I, Seção II, juntamente com os artigos 197 (“Matar algum recém-nascido”), 198 (“Se a própria mãe matar o filho recém-nascido para ocultar a sua desonra”) e 199 (“Ocasionar aborto por qualquer meio empregado interior ou exteriormente com consentimento da mulher pejada”). O Artigo 200 trata do crime de infanticídio e adverte que aquele que “fornecer com conhecimento de causa drogas ou quaisquer meios para produzir o aborto, ainda que este se não verifique”, incorrerá em penas de prisão com trabalho de dois a seis anos. Diz ainda o artigo que “se este crime for cometido por médico, boticário, cirurgião, ou praticante de tais artes”, as penas serão dobradas.

Com produção e circulação certamente mais tímida do que os jornais da Corte, o *Província do Rio* – folha diária da Província do Rio de Janeiro, vendido por 40 réis o exemplar – teve seu primeiro número lançado em 15 de abril de 1883, num domingo, na cidade de Niterói (RJ), em face ao Rio de Janeiro, à época, capital do Império.¹ Concebida nas oficinas da Rua Marquês de Caxias nº 9, a folha também possuía uma agência na Corte, na Rua do Rosário nº 46, o que mostra sua ambição de circulação mais ampla. Em artigo publicado à página 2, “Nós”, que faz

¹ O exemplar do nº 1 do *Província do Rio* foi consultado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – Rio de Janeiro, instituição que nos facultou a pesquisa.

às vezes de editorial, situa-se como um jornal desejoso em servir a pátria como um “obreiro da civilização [...] que surge e avigora-se na luta incruenta das ideias”. Posicionando-se politicamente como perfilado ao “patriótico partido liberal”, o editorial afirma que os interesses sociais sobrepor-se-ão às paixões partidárias: “Em política nosso programa sintetiza-se em: liberdade para o cidadão, soberania para o povo.”

Constituído de quatro páginas, o *Província do Rio* traz notícias diversas sem ordem evidente, reunindo anúncios sobre crimes e prisões, reivindicações da população, cotação do café, notas de falecimento, sentenças judiciais, notícias do Império, decisões ministeriais e notas sobre espetáculos teatrais que “suavi[zam] [est]a cidade, tão monótona nas suas noites quão poenta de dia” (p. 2). Em seu aspecto organizacional, enquadra-se perfeitamente no dispositivo identificado por Dominique Kalifa e Marie-Ève Thérénty como sendo mais ou menos estável até a Belle Époque, pelo número de páginas, a pouca organização temática das notícias, a presença de folhetim no rodapé e anúncios diversos reunidos, sobretudo, nas duas páginas finais (KALIFA; RÉGNIER; THÉRENTY; VAILLANT, 2011, p. 881-883).

A literatura se faz presente em curtas críticas literárias na seção “Novos Livros”, mas, sobretudo, na publicação do folhetim *O casamento de um galé*, do romancista francês Alexis Bouvier (1836-1892), que ocupa as cinco colunas do rodapé das páginas 1 e 2, separado do resto da folha por friso de traço forte. O romance traduzido no *Província* data de 1873 e foi transformado pelo autor em peça teatral em 1878. Reputado como folhetinista popular de grande imaginação, Bouvier lançou em 1875 *La femme du mort* e romances de crimes no estilo de Émile Gaboriau, como *Les créanciers de l'échafaud*, *La rousse*.

Os três outros únicos exemplares encontrados do *Província do Rio* pertencem ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional e correspondem aos números 223 (de 3 de dezembro de 1885), 574 (de 15 de março de 1888) e 656 (de 25 de setembro de 1888) do jornal. Esses exemplares estampam o subtítulo Órgão do Partido Liberal e o nome do proprietário: Joaquim Ferreira Guimarães. Sabemos por eles que a redação do jornal e a tipografia continuam no mesmo local da Rua Marquês de Caxias e que o exemplar ainda custa 40 réis, cinco anos depois, mas que não é mais diário, saindo apenas “às terças, quintas e sábados”. O lugar do folhetim parece assegurado pelo gosto do público leitor, desta vez com os

De “O Artigo
200”a “O
Aborto”

capítulos XXXIII e XXXIV de “O manuscrito do Finado” (Folhetim 31)², de Ponson du Terrail (1829-1871), o célebre criador de Rocambole, personagem de vários de seus romances populares (*Província*, nº 223, p. 1). Já o jornal de número 574 traz à página 1 o capítulo XV do Folhetim 49, intitulado *Os ladrões d’ouro*, de Celeste de Chabrilan³. O exemplar de 25 de setembro não apresenta folhetim.

O investimento no romance-folhetim, nos raros exemplares consultados, aponta para o apelo de uma literatura comercial e mais popular, proveniente da França, que parece adequar-se aos anúncios de crimes e prisões presentes no jornal e respaldar, desse modo, a publicação de *O artigo 200*. Segundo indicação do próprio autor, a história foi o resultado de uma aposta, tendo sido escrita em dez dias, de 16 a 25 de junho de 1889 – fato contestado na crítica ao romance publicada por Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963) na primeira página da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1893: “Temos diante de nós um moço, que alinhava, *tant bien que mal*, em dez dias, uma novela de 151 páginas (crês nisso, leitor?) para se desempenhar de uma aposta.” Tendo Pimentel reiterado a informação que apresentamos anteriormente, de que o jornal era “trissemanal”, é difícil imaginar que os 14 capítulos do romance tenham sido seriados em cinco números consecutivos da folha, mas não é de todo impossível, se foi publicado mais de um capítulo por número. É preciso também considerar que o romance-folhetim provavelmente tenha sido mais curto que sua versão em livro, tornando mais crível a indicação do autor. Não fica claro nas indicações do “Prefácio Indispensável” do romance se o folhetim começa a ser publicado na mesma época em que foi escrito. Na ausência dos exemplares em que figuraram os folhetins, não podemos afirmar, até o momento, que o ano de 1889 seja aquele da publicação no *Província do Rio*, embora seja a data mais provável.

Tanto o conhecimento sobre o *Código Criminal do Império*, a história do periódico niteroiense e sua circulação no espaço social como o dispositivo de sua organização material, com matérias, anúncios e romances que veicula – dados obtidos pela pesquisa de fontes – serão

2 Trata-se possivelmente da tradução de *Le Manuscrit du Domino*, da série *As aventuras de Rocambole*.

3 Élisabeth-Céleste Veinard (1824-1909) foi cortesã e dançarina antes de se tornar, em 1854, condessa de Chabrilan, pelo casamento com o conde Lionel de Moreton Chabrilan. Escreveu em 1854 *Adieux au monde. Mémoires de Céleste Mogador*, memórias censuradas e consideradas imorais, *Les Voleurs d’or* em 1857, *Sapho* em 1858, entre outras obras.

fundamentais, como veremos adiante, na constituição da própria narrativa e de seus personagens, estabelecendo uma ponte entre o folhetim censurado e o romance publicado em volume, em 1893, e permitindo uma leitura mais complexa desse romance esquecido.

O aborto na imprensa carioca

Anúncios publicados nos principais jornais da capital informam sobre o lançamento do romance naturalista *O aborto*, de Figueiredo Pimentel. Já no início de 1893, encontramos anúncios do lançamento próximo, como os que aparecem em *O País*, em 29 de janeiro (repblicados em 31 de janeiro e 3 de fevereiro) e em 16 de fevereiro. Nota-se a flutuação da nomenclatura, que oscila entre “naturalista” e “realista” na qualificação estética do romance, o que aparece também nos anúncios da *Gazeta de Notícias* de 26 de março e em *O País* de 21 de abril e 27 de junho (Figura 1).

De “O Artigo
200”a “O
Aborto”

41



Figura 1 - *O País*, 29 jan. 1893, p. 8 e *O País*, 16 fev. 1893, p. 8

Apesar do anunciado, o romance não sai em fevereiro. Na *Gazeta de Notícias* de 20 de março de 1893, lê-se, à página 4, o anúncio da Livraria do Povo: “O Aborto – Está publicado e será posto à venda, quinta-feira, este soberbo romance realista, do eminente escritor Figueiredo Pimentel, redator de *O País*, 1 belo volume 2\$000.” Pela indicação do anúncio da *Gazeta*, podemos inferir que o lançamento pela Livraria do Povo do editor Pedro da Silva Quaresma (1863-1921) deu-se em 23 de março de 1893, obtendo sucesso imediato. O anúncio de *O País*, desta data, confirma o fato, associando sem hesitar o romance ao Naturalismo, a Émile Zola (1840-1902) e ao hoje menos conhecido Paul Bonnetain (1858-1899), escritor francês levado aos tribunais por ter publicado, dez anos antes, *Charlot s’amuse*, romance que obteve grande sucesso de es-

cândalo por tratar do tema da masturbação. Isso nos faz entender que o anunciante conta com a identificação, por parte do público consumidor de romances, tanto da qualidade literária assegurada por um escritor reconhecido como Zola quanto da nota de escândalo garantida também pelo do Mestre de Médan, mas, sobretudo, pelo “pequeno naturalista” Paul Bonnetain (Figura 2).

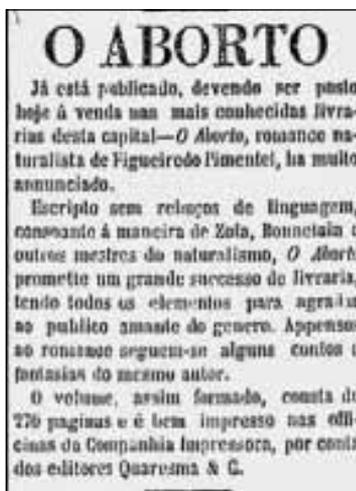


Figura 2 – O País, 23 mar. 1893, p. 2

Em 26, 27, 28 e 29 de março e 3 de abril, na *Gazeta de Notícias*, podemos confirmar em novo anúncio a informação do sucesso de vendas. Naqueles de *O País* de 21 de abril e de 27 de junho, temos a ideia do sucesso do romance de Pimentel (“Grande Sucesso! O maior da literatura Brasileira!”), indicado pelo número de livros vendidos: “5.000 exemplares vendidos em um mês!!!” e “Quase 7.000 exemplares vendidos em três meses!!!”⁴. Magalhães de Azeredo também confirma a informação em sua crítica de 3 de julho na *Gazeta de Notícias*, citada anteriormente: “Ah! O livro vai no 6º milheiro!” Há no anúncio de *O País* de 27 de junho a notícia de uma segunda edição em preparação, fato que não pudemos comprovar nos dois únicos exemplares consultados, um pertencente ao acervo da Biblioteca José de Alencar, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e outro da coleção Paulo Duar-

4 É a partir deste anúncio que Alessandra El Far, em seu seminal *Páginas de sensação; literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*, afirma que Figueiredo Pimentel vendera “pelo menos 7 mil exemplares do seu primeiro romance, *O aborto*, em 1893” (EL FAR, 2004, p. 96).

te, da Biblioteca César Lattes, da Universidade de Campinas (Unicamp). Neste último, brochura não encadernada posteriormente, como foi o exemplar da UFRJ, pudemos confirmar o fato pela inscrição “5º milheiro” estampada na capa, prova cabal do sucesso do livro (Figura 3).



Figura 3 - Gazeta de Notícias, 26 mar. 1893, p. 8, O País, 21 abr. 1893, p. 2. e O País, 27 jun. 1893, p. 6

Dois anos depois, em *O País*, numa seção intitulada “Impresos”, um jornalista afirma ao anunciar *Um canalha*, novo romance de Figueiredo Pimentel:

[...] chama-se assim o novo romance do conhecido literato Figueiredo Pimentel, o mesmo que, não há muito, publicou no Rio um livro em demasia realista e que, escrito em linguagem pouco literária, teve aqui e naquela (dizem-no, pelo menos, os respectivos cartazes), extraordinária extração – meia dúzia de milhares de volumes. (*O País*, 11 ago. 1895).

Parece, assim, não haver dúvidas de que *O aborto* foi, no ano de seu lançamento, um *best-seller*.

Do jornal ao volume, a afirmação do Naturalismo

Na passagem do folhetim, publicado num veículo de circulação relativamente restrita – caso do *Província do Rio*, folha local da cidade de Niterói –, ao volume lançado com forte campanha na imprensa por um editor que se destacou no campo literário brasileiro, à época, como um dos mais

De “O Artigo
200”a “O
Aborto”

hábeis na vendagem de seus produtos, vemos a oportunidade de o escritor, num lapso de poucos anos, assumir o caráter de escândalo do romance, reafirmando seus traços naturalistas na crueza do tema e no trato da linguagem. Mudam os suportes de circulação e também o título que, se num primeiro estado adquiria um cunho jurídico (*O artigo 200*), na nova formulação realça a violência do tema, evitando subterfúgios: *O aborto*. Nessa mudança, o autor parece desvincular o tênue fio que pudesse ligá-lo ao romance judiciário, a Gaboriau ou aos romances de aventura, muito em voga nas publicações do rodapé dos jornais brasileiros, como podemos notar inclusive no próprio *Província do Rio*.

O enredo de *O aborto* é bem simples e não oferece nem crimes a serem desvendados nem peripécias. O romance narra a curta história de Maricota, menina pobre e sonhadora de Rio Bonito (RJ), única sobrevivente dos quatro filhos de seus pais, que se muda para Niterói com a família aos 16 anos, após falência do pai, indo se instalar no bairro de Icaraí, pintado com tons pouco luminosos pelo narrador.

Maricota, desde Rio Bonito, é descrita como moça leviana, namorada, que sonha com a Corte como uma “cidade cheia de prazeres e divertimentos” (PIMENTEL, 1893, p. 25-26). Em Niterói, encontra o primo Mário, estudante de Farmácia que acaba por ir morar em sua casa e com o qual se envolve. Maricota encara o fato de se entregar ao primo e aos prazeres da carne como algo natural e chega a afirmar, após a primeira noite: “Admirara-se até como ele se atrevera a gozá-la naquela noite, não continuando a fingir que dormia. Agora, o idiota, em vez de se aproveitar, fugia para a Corte!” (PIMENTEL, 1893, p. 75). A casa de Maricota é frequentada pelo Dr. Cordeiro, advogado, chamado de “Bode velho”, mulato rico e libidinoso que a deseja. Os dias passam lentamente na monotonia da pacata cidade, após uma fase mais movimentada no início. D. Guilhermina, mãe de Maricota, morre em decorrência de um parto difícil em que o bebê não sobrevive. O pai fica definitivamente atordoado e perde novamente seu comércio. Maricota, então, decide se entregar ao “Bode velho”, que montará para ela uma casa luxuosa no Largo do Marrão e financiará a farmácia de Mário. Evitando se entregar por inteiro ao advogado, Maricota faz de Mário seu amante, sem, no entanto, conseguir fugir da monotonia do dia a dia. Ficando grávida após bem gozar dessa vida dupla – logo, sem as surpresas românticas de uma gravidez decorrente do primeiro encontro –, recorre a Mário, que lhe ministra uma bebida (“cozimento de sabina”), o que provoca sua

morte no mesmo dia, interrompendo a história bruscamente. Antes de tomar a decisão, Mário faz referência ao Artigo 200, que já foi mencionado outras tantas vezes no texto e que dá título ao folhetim:

- [...] Você não tem um remédio que bote isso para fora?
- Tenho muitos, embora não haja realmente abortivos. A única coisa infalível é o puncionamento do óvulo, mas a isso não me atrevo: é uma operação arriscadíssima...
- Mas um xarope qualquer, um remédio caseiro?...
- É o que vou ver... Olhe que é uma coisa grave o que vamos fazer. A lei pune os abortos provocados, no artigo 200 do código criminal. Sabemos bem disso, porque, na Escola, muitas vezes caçoávamos uns com os outros. Escuso de te recomendar todo segredo.
- E não há perigo?
- Não, absolutamente nenhum. Deixa estar que arranjarei tudo da melhor forma possível. Em todo caso, acalma-te. (PIMENTEL, 1893, p. 147-148).

De “O Artigo
200” a “O
Aborto”

45

Algumas semelhanças nos levam a associar, num primeiro momento, Maricota à Madame Bovary. A heroína pequeno-burguesa de Flaubert (1821-1880), cheia de sonhos e ambições num ambiente inóspito, deixa a pequena propriedade do pai para se casar com um simples *officier de santé*, com capacidades reduzidas na profissão, indo morar em Yonville, cidadezinha fictícia na Normandia, situada a 30 km de Rouen, aonde Emma vai de vez em quando. As ambições de Emma são grandes, mas suas realizações pequenas: um baile, algumas escapadas em Rouen, jamais Paris. Suas ambições se atenuam e se transformam em comportamento doentio diante da grande monotonia da vida do interior, culminando no suicídio.

Em *O aborto*, Maricota, oriunda de Rio Bonito, nem chega a conhecer a Corte; sua leve ascensão e queda se dão em Niterói, numa Icaraí deserta e arenosa, e depois em Santa Rosa. O máximo que consegue fazer é ir a um baile no Jardim São João, animado por uma bandinha, ou à novena na capela dos negros, no bairro onde morava. O Rio de Janeiro mal é mencionado no romance, a não ser pelas idas e vindas de Mário à faculdade, pela travessia das barcas ou por uma incursão do Dr. Cordeiro a um teatro e a um hotel da Rua do Lavradio, onde dá vazão a seus desejos sexuais. Nem Rio nem Paris, o que se vê em ambos os romances é a mais completa monotonia da vida de uma cidade provinciana e a falta de horizonte.

Há no romance de Pimentel uma abundância de personagens farmacêuticos: o primo Mário, estudante de Farmácia inepto que provocará o trágico desfecho, mas também o tio Cardoso, o Queiroz, inimigo do “Bode velho”, o Sampaio, o Macedo, boticário do Largo do Marrão, personagens que não chegarão a ter a envergadura, ainda que cômica, do farmacêutico Homais, de *Madame Bovary* (1857), guardião da ciência e escrevinhador de artigos científicos publicados nos jornais da província.

Em ambos os romances, apesar das descrições médicas, a ciência é desmoralizada na figura daqueles que a utilizam indevidamente. A palavra final fica a cargo do médico experiente que é chamado de última hora para resolver a questão. Não há crença no progresso, que aparece nos devaneios e ambições de personagens como Emma, Homais e Joaquim Rodrigues, pai megalômano e fracassado de Maricota. Esta, no traçado naturalista da obra, é a mistura da fraqueza sanguínea da mãe, que perdera dois filhos em baixa idade e sofrera um aborto, e o caráter volúvel e sonhador do pai. Surpreende também a consciência de sua situação pessoal na sociedade de pequenos burgueses e junto às colegas normalistas, sua objetividade em traçar o seu futuro dentro das possibilidades reduzidas que se lhe apresentam e a simplicidade com que considera os fatos da vida e o sexo.

O aborto contém os traços normalmente elencados da ficção naturalista. Em questão de estilo, notamos ainda a forte presença de diálogos e o maciço uso do monólogo interior, que talvez indiquem, por um lado, a forte marca do folhetim e, por outro, a tentativa de expressar a incommunicabilidade dos personagens. A filiação a Zola e à *tribo* naturalista se explicita desde sua dedicatória à Exma. Sra. Eufrásia Barreto Cavalcanti de Albuquerque, com todos os riscos e perigos que isso implique:

Agora, pouco m’importa que ele [o romance] seja pechado de pornográfico, imoral, bandalho. Para mim, será até uma honra e uma glória: Emilio Zola, Eça de Queiroz, Aluísio Azevedo, Pardal Mallet – todos os naturalistas – para este público besta, que lê os *Serões do convento* e vê operetas, são também pornográficos, imorais e bandalhos. (PIMENTEL, 1893, ‘Dedicatória’).

A linguagem é crua, com alguns palavrões; há descrição de intimidades, cenas de menstruo e sexo: “– Pois fornique-se você e mais o seu Giovanni. Compre a ele, à mãe, ao diabo que a carregue, mas não me amole! Sabe que mais? Merda!” (PIMENTEL, 1893, p. 49).

O farmacêutico acordou muito tarde, pelas onze horas do dia seguinte. Despertara com a boca amarga, saburrosa a língua, sentindo estreitar-lhe a cabeça uma larga cinta de ferro. Tinha uma sede terrível. Levantou-se, e apanhando uma quartinha de barro, que ficava durante a noite sobre a sua mesa de trabalho, bebeu toda a água, sofregamente, com avidez. Cheia a bexiga, doíam-lhe os rins; urinou por muito tempo com força, em grandes jatos, e ficou com o vaso nas mãos, deixando sair o líquido de uma bela cor de âmbar claro, ora a pingar, ora a escorrer fino, num esguicho tênue. (PIMENTEL, 1893, p. 80).

A vista dos seios túrgidos da moça, o farmacêutico não resistiu. Um desejo de cópula, violento, bestial, acendeu-se subitâneo no seu organismo. Avançou para a prima, arrebitou-lhe o cós do vestido, despedaçou-lhe a camisa, ensanguentada ligeiramente por um resto de menstruação. [...] “- Não, Mário, eu estou de pacote”, gemeu. (PIMENTEL, 1893, p. 115).

Mário sentiu-se mal, com febre, atordoado, ao mesmo tempo deslumbrado pela beleza da moça. Invadiu-lhe de súbito um grande desejo de cópula, preso de uma potência desenfreada, com o pênis teso, ereto, repuxando a colcha. (PIMENTEL, 1893, p. 68).

Vemos, pelas citações, que o autor não evitou a descrição minuciosa que coloca o corpo e suas necessidades primárias em primeiro plano, flertando com o conhecimento médico e não se furtando a uma aproximação com a escatologia. O desejo atribui ao homem características animais, e a violência dos instintos guia a cena na qual o amor está ausente; o narrador não se esquiva da menção direta do órgão sexual masculino e de expressões de uso popular⁵.

Como podemos supor, por conta da estética naturalista do romance, o folhetim do *Província do Rio* foi alvo de censura, mesmo por parte de uma folha do Partido Liberal, obrigando o autor a cortar e a reescrever o último capítulo, apressando seu desfecho. Não há, até o momento, a possibilidade de comparar os dois desfechos nem as modificações efetuadas do folhetim ao volume publicado por Quaresma. Res-

5 “Pacote” era a expressão popular que designava a menstruação, em referência à regularidade dos navios que transportavam passageiros, mercadorias e correspondência.

tam-nos as palavras do próprio Pimentel no “Prefácio Indispensável”, espaço associado à obra (MAINGUENEAU, 2004, p. 113-116) usado pelo autor para regulação e orientação da trajetória da obra e, sobretudo, para defesa das críticas recebidas e ataque aos censores:

Ao cabo de meia dúzia de números, em vista de reclamações diárias sem conta, devolução de assinaturas, cartas anônimas, etc., a redação julgou bom mudar palavras, suprimir cenas e descrições e, mais tarde, suspender-lhe a publicação. E, nesse tempo, como fora primitivamente escrito, achava-se expurgado dos vocábulos que pudessem malsoar aos castíssimos ouvidos dos pudicos leitores da praia... Grande!⁶ Muito mais resumido do que hoje aparece. (PIMENTEL, 1893, ‘Prefácio Indispensável’).

Não é de se estranhar a reação da direção do jornal niteroiense, censurando o folhetim, nem o sucesso de venda do romance, posteriormente. É patente a coragem do autor na escolha do tema e no uso da linguagem, superando mesmo, a nosso ver, as ousadias de Júlio Ribeiro (1845-1890) e Aluísio Azevedo (1857-1913) em *A carne* (1888) e *O cortiço* (1890), respectivamente.

No entanto, ainda que os traços característicos do Naturalismo sejam explícitos no romance, associados ao seu caráter de literatura popular e de escândalo, o intuito civilizador, sério e moralizante aparece no desfecho final de morte – como, aliás, em vários romances naturalistas, constituindo a base de defesa de muitos escritores acusados de imoralidade –, menos como castigo da heroína, moderna e amoral, nos seus 18 anos de curta existência, nem no suposto castigo de Mário, personagem ateu, que não é indicado ao fim (sem preocupação moral, ele teme, desde o início da história, o Artigo 200 do *Código Criminal do Império*, que pune o profissional da saúde que fornece remédios abortivos), mas na condenação da ignorância e da hipocrisia da sociedade. Nos espaços associados à obra, isso se evidencia: o autor dedica o livro, em primeiro lugar ao filho, Figueiredo Pimentel II, PARA LER QUANDO CHEGAR À PUBERDADE, e a uma mulher moderna, D. Margarida Eufrásia Barreto Cavalcanti de Albuquerque, já mencionada anteriormente:

V. ex., afrontando frente a frente a sociedade burguesa e cheia de preconceitos em que vivemos; açacanhando as mentiras convencionais de

6 Referência à cidade de Niterói que, até 1835, se chamava Vila Real da Praia Grande.

uma civilização atrasada e estúpida, consentiu que eu vos dedicasse este livro – colocando-me, assim, sob o patrocínio do vosso nome virtuoso, digno, respeitado – depois da leitura que dele vos fiz, capítulo por capítulo, página por página, linha por linha, palavra por palavra. (PIMENTEL, 1893, ‘Dedicatória’).

Cabe dizer que *O aborto*, apesar de atribuir a Maricota certo aspecto trágico de heroínas naturalistas como Gervaise e Nana, personagens de Zola mortas de maneira terrível ao final da história, acentua ao longo de suas páginas o tédio, a desilusão e a crítica à ignorância propostos em romances de Flaubert ou Joris-Karl Huysmans (1848-1907). Cremos, assim, poder alocá-lo preferencialmente na vertente do Naturalismo conhecida como Naturalismo Cômico ou da Desilusão, em que o tédio é descrito na passagem dos dias insignificantes de uma existência medíocre (BAGULAY, 2005). Em *O aborto*, nada resulta; reina a frustração de todos os personagens, mergulhados na mais profunda monotonia de uma sociedade sem brilho e cheia de preconceitos, que o autor quer denunciar. São histórias de existências banais que nada mudam no curso da História, fatias da vida cotidiana, da vida como ela é.

De “O Artigo
200”a “O
Aborto”

49

A valorização dos impressos na Civilização do Jornal

Outro aspecto da ousadia literária de *O aborto* merece ser destacado: o romance põe em cena, para além da tematização das mazelas da sociedade do fim do Império (a história se passa entre 1887 e 1888), como o fizera a seu modo Émile Zola, o funcionamento do próprio campo literário, a circulação de livros e impressos, sublinhando sua importância na formação da literatura nacional, na constituição política e social do país. O romance elenca livros, romances e periódicos que influem sobre a vida dos personagens e o modo de funcionamento interno da obra.

No caso de *O aborto*, percebe-se, ainda que se trate de uma sociedade insipiente e provinciana, a importância dos periódicos em sua circulação pela cidade. Em uma sociedade de pequena burguesia de comerciantes, é frequente, ao longo do romance, a menção às folhas locais, às da Corte e sua leitura. Não há, por assim dizer, um vasto elenco de personagens e de grupos em interação no enredo de Figueiredo Pimentel. A história se concentra na vida de Maricota, sua família, Mário e os amigos, não se ampliando para um estudo de sociedade. Trata-se, para retomarmos um termo caro ao Naturalismo, de uma *tranche de vie* bem

magra e sem grandes interesses para a comunidade circundante. Mesmo nessas histórias baças, notamos a importância do jornal, agindo na vida cotidiana dos personagens, marcando suas atividades econômicas e sociais como um “instrumento de mediação e de intermediação entre as pessoas” (KALIFA; RÉGNIER; THÉRENTY; VAILLANT, 2011, p. 17). Assim, no âmbito familiar, o pai de Maricota, ao abrir novo comércio em Niterói, “[...] anunciou então a casa na *Província do Rio* e n’*O Fluminense*, os dois periódicos que se publicavam na cidade” (PIMENTEL, 1893, p. 27-28). Maricota, “todas as manhãs, antes de ir para a Escola, [...] lia os dois jornais niteroienses, vindos da casa do Dr. Cordeiro: um dia a *Província*, outro dia *O Fluminense*, exceto às segundas-feiras em que nenhum deles se publicava” (PIMENTEL, 1893, p. 87). Mário, recém-diplomado, deixará a casa do tio para se estabelecer na farmácia comprada pelo Dr. Cordeiro, segredo revelado por um anúncio e uma nota do jornal:

Três dias depois daquele em que o primo e o advogado tinham ido se entender com o dono da farmácia, estando a ler o periódico, deu um grande grito.

- Veja, mamãe! Veja este anúncio aqui na *Província*. Ora, senhor! e o primo tão calado!...

- Mas que é, menina? A que se refere você? Que anúncio é esse?

Maricota então leu uma notícia redatorial e um anúncio, em que M. A. Rodrigues & C. participavam ao público a compra da botica do largo do Marrão. (PIMENTEL, 1893, p. 88).

A morte da mãe de Maricota também é marcada pelos hábitos sociais da comunidade, mediados pelo jornal, revelando a difícil situação econômica da família: “O enterro de d. Guilhermina estava marcado para as quatro horas. Não se pudera fazer convite pela *Província*, limitando-se apenas a enviá-los em cartas impressas, que o sobrinho enchera.” (PIMENTEL, 1893, p. 103).

O aborto deixa também entrever a grande importância da circulação de jornais e periódicos na sociedade fluminense em geral. Mário, ao dirigir-se para sua nova farmácia no Largo do Marrão, depara-se com o seguinte quadro da vida cidadina:

Moças passeavam. Famílias sentavam-se na calçada, em frente às portas, obrigando-o a passar pelo meio da rua, levantando poeira, sujando as

botinas. Burgueses refestelados comodamente em bancos e cadeiras, espichando as pernas, ou debruçados às janelas, liam *O Fluminense*. Bondes apinhados de gente, alguns homens de pé, segurando-se nos estribos, outros na plataforma, passavam rápidos, rodando aos solavancos pelos trilhos. (PIMENTEL, 1893, p. 97).

Com a mudança de vida, no chalé comprado pelo “Bode velho”, sob o caramanchão, Maricota lê o *Província do Rio* e *O Fluminense*, mas acrescenta à sua vida ociosa e então confortável e rica *A Gazeta de Notícias* e *O País*, jornais da Corte que se agregam a seu novo *status*. É a leitura que espanta o tédio que sente, fazendo-a entrever sua vida de Nana, ditando moda e destruindo homens e reputação, tal qual a mosca de ouro parisiense criada por Zola, bela e destruidora:

Pensava assim. Outras vezes lembrava-se que podia ser uma prostituta célebre, como Nana, que tanta impressão lhe causara, e mudar-se-ia para a Corte, vivendo num palácio em Botafogo, amante dos príncipes, requestada pelos ministros, mais falada que a Suzana. (PIMENTEL, 1893, p. 141).

Nesse rápido desejo de ascensão, menciona os “rapazes” de *A Semana*, revista literária de Valentim Magalhães (1859-1903), fundada em 1885 e veículo de jovens escritores abolicionistas e republicanos. Pretendia receber em seu salão, futuramente, Emanuel Carneiro, Carlos Fróes, Arthur Barbosa, Veloso Junior, além de Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Coelho Neto, Castagneto, Parreiras, Pereira da Costa, Miguez, Bernardelli, Dantas, Afonso Celso, delírio que se esvanece pouquíssimas páginas depois, com sua morte por aborto.

Mas, ainda quando morava na casa do pai, Maricota acompanhava as colunas de jornalista conhecido seu, o próprio Figueiredo Pimentel, nomeado explicitamente no romance, no capítulo VII, fato muito criticado na resenha de Magalhães de Azeredo, citada anteriormente. Trata-se de Chico Botija, jornalista que conhecera no baile do Jardim São João e que assinava com esse pseudônimo a coluna “Entre as X e as XI” do *Província do Rio*⁷, assim como as colunas “Para as moças”, como Abelhudo, “Chá de Garfo”, como Tesoura, além das

7 A coluna existia realmente, como pudemos comprovar na consulta feita ao nº 574 de 15 de março de 1888 do jornal, partilhando a página com artigos e anúncios de diversas naturezas.

poesias, como Heitor Vasco (PIMENTEL, 1893, p. 87). A multiplicidade de pseudônimos do próprio escritor-jornalista aponta para as inúmeras frentes de uma profissão que joga com essa dupla (ou múltipla) vida, em zonas de permeabilidade entre o jornalismo e a literatura que nem sempre se podem determinar (MELMOUX-MONTAUBIN, 2003; LAHIRE, 2006). São espaços intercambiáveis que trazem para o romance as coerções do jornal, sobretudo na forma do folhetim, mas igualmente impregnam o jornal da narratividade da ficção, num conjunto discursivo que costuma utilizar as “mesmas técnicas de transmissão-transformação do real, ou do que é tomado como tal, para torná-lo atraente, interessante” (DUMASI-QUEFFÉLEC in KALIFA; RÉGNIER; THÉRENTY; VAILLANT, 2011, p. 930), numa visada que confunde o romanesco com o cotidiano, dando forma sedutora aos gêneros, a fim de atrair a atenção e garantir a fidelidade dos leitores.

Naturalismo *en abyme* e autorreferenciação

Ninguém ignora a importância das leituras de Emma Bovary, personagem de Flaubert, na formação de sua personalidade e na sua derrocada. As leituras de juventude do personagem são também as leituras de uma geração (ou mais de uma), à qual pertenciam os leitores de Flaubert em 1857. No caso de *Madame Bovary*, trata-se dos inevitáveis romances que mais deseducam do que educam, no ponto de vista do autor, como *Paulo e Virgínia* (1787), de Bernardin de Saint-Pierre (1737-1814). Flaubert credita o bovarismo de Emma à sua educação religiosa e às leituras românticas feitas na tenra idade: Walter Scott, Lamartine, os *keepsakes* das colegas abastadas do convento, gravuras e até mesmo as pinturas contidas nos fundos dos pratos representando a lenda de M.^{lle} de la Vallière.

Podemos igualmente falar da educação sentimental de Maricota pelas leituras. Mas de uma educação nada romântica, marcada por leituras picantes e cruas, por romances naturalistas. Muitas dessas leituras vêm de Mário, ou seja, leituras masculinas. Mas se podemos ver tais leituras na chave do moralismo como uma educação para o mal, também podemos crer que Maricota se faz rapidamente, pela experiência dos sabores da vida e pelas leituras dos romances, uma personalidade forte e realista, consciente, pouquíssimo romântica, longe do comportamento assumido por suas colegas da Escola Normal, muitas das quais descritas como cínicas e já desvirginadas, desfrutando da juventude, apesar das aparências – o que aproxima Maricota da mulher moderna

e instruída que é o personagem de Lenita, em *A carne*, de Júlio Ribeiro, novo romance que Mário lê e que lhe aguça a libido:

Deitado, tomou ao acaso o primeiro livro que encontrou – *A carne*, romance naturalista de Júlio Ribeiro, recentemente posto à venda, editado pela livraria Teixeira & Irmão, de São Paulo.

Prenderam-lhe fortemente a atenção aquelas páginas escritas no mais correto vernáculo, mas de estilo pesado. O autor, notável filólogo, revelava uma erudição assombrosa, variadíssima, em todos os ramos dos conhecimentos humanos. Mas, como romancista de análise, observador, era falso, fazendo de Lenita uma rapariga sábia, cheia de pedantismo, empregando a propósito de tudo a sua ciência estopante de compêndios, com Manuel Barbosa, outro sábio, seu digno *pendant*, metido numa fazenda dos sertões paulistas, vestindo-se com o chiquismo de um *gommeux* parisiense.

A carne, por mais arte que tivesse, excitava-lhe o organismo, despertando-lhe a sensualidade, aculeando-lhe os desejos. (PIMENTEL, 1893, p. 67).

Mário também lê *Tartarin de Tarascon* (1872), de Alphonse Daudet (1840-1897), emprestado pelo Dr. Cordeiro, que já conhecia pela leitura feita anteriormente dos *Romanciers naturalistes*, coletânea de críticas que Zola publicara em volume em 1881 por Georges Charpentier (1846-1905), editor dos naturalistas.

Maricota, depois de se entregar a Mário, descobre em seu baú e devora em leitura *O homem* (1887), de Aluísio Azevedo, *O crime do Padre Amaro* (1875), de Eça de Queirós (1845-1900), *Nana* (1880), de Zola, *Volúpias*, de Rabelais (1494-1553), e *Esposa e virgem*, de Adolphe Belot (1829-1890). Este último, para nós hoje pouco conhecido, foi autor de literatura popular erótica e maliciosa de imenso sucesso editorial. O volume lido por Maricota se refere provavelmente ao romance *Mademoiselle Giraud, ma femme* (1870), que teve tiragem de 33 edições e 66 mil exemplares vendidos, e em 1876 encontrava-se em sua 47ª edição pela editora E. Dentu.

Uma vez amantes declarados, sob as barbas do “Bode velho” que sustenta Maricota e financia o farmacêutico, Mário e Maria leem juntos, para se excitar, volumes pornográficos: *Serões do convento*, do português José Feliciano de Castilho, “um dos livros pornográficos de maior circulação no Brasil do Oitocentos” (EL FAR, 2004, p. 52), *Volúpias*, de Rabelais, e veem fotografias e estampas imorais. Estamos longe do romantismo

de Emma Bovary, nesse momento, pois Nana será o modelo assumido por Maricota ao final do romance, após a morte da mãe de parto (a cabeça do bebê tendo sido esmagada pelos instrumentos médicos), quando então cede às propostas de concubinação do “Bode velho”.

A sedução e a educação de Maricota também se fazem pelas aulas ministradas pelo Dr. Cordeiro, através de ditados com descrições de palácios opulentos, da vida de luxo da sociedade parisiense, de trechos de romances de amor, vida de messalinas, o julgamento de Frineia, os amores de Cleópatra. Em um determinado momento, fingindo não ceder aos apelos do libertino, Maricota lhe assegura: “A minha vida, então, será como a dessas pobres mulheres que a sociedade repele e estigmatiza. Eu sei bem de todas essas coisas, porque tenho lido muitos romances.” (PIMENTEL, 1893, p. 121).

A instrução de Maricota se dá, assim, principalmente, por leituras de romances naturalistas e licenciosos brasileiros, portugueses e franceses e imagens pornográficas. Mário lê Zola, Eça, Daudet, que conhece a partir da coletânea crítica de Zola, e Júlio Ribeiro. O narrador aproveita e critica a fatura de *A carne*, como se dissesse a seu leitor que Maricota era uma personagem naturalista bem mais crível que Lenita, fazendo do espaço do romance um espaço de crítica e reflexão metaliterária.

O jogo literário se torna mais complexo quando vemos Maricota ler e acompanhar no *Província do Rio* o folhetim *O artigo 200*, assinado com o pseudônimo de Albino Peixoto, que nada mais é do que o romance de Figueiredo Pimentel do qual ela é protagonista, lançado no próprio jornal niteroiense que lê. Ou seja, no procedimento de *mise en abyme*, Maricota lê a própria história que se desenrola, antecipa talvez o seu fim, instrui-se indo buscar a redação do artigo no código penal, podendo antever, assim, o destino de seu primo e seu próprio, que o autor nos dá a inferir, sem que a história se conclua:

Conhecia quase todos os rapazes da *Província do Rio*, e lia-lhes atentamente os versos e artigos, para depois poder falar sobre eles. Sabia os vários pseudônimos usados pelo Figueiredo Pimentel [...].

Agora seguia ela com grande interesse o romance que estava publicando: - O ARTIGO 200, por *Albino Peixoto*.

Tivera curiosidade de saber o que significava aquele título, e apenas soubera pelo próprio autor – que se reportava a um dos artigos do código criminal do império.

Para satisfazer ao seu espírito curioso, pedira emprestado ao Dr. Cordeiro o volume do código. Viera-lhe um exemplar anotado pelo bacharel em direito Araújo Filgueiras Junior, editado em 1873 pela casa Laemmert. Folheando-o, à página 255, encontrara, marcado por uma cruz de lápis vermelho:

“- Art. 200. fornecer, com conhecimento de causa, drogas ou quaisquer meios para produzir o aborto, ainda que este não se verifique...”, e em seguida as penalidades.

Desde então ansiava pelos dias em que a *Província do Rio* saía, às terças, quintas e sábados, para continuar a leitura. (PIMENTEL, 1893, p. 87-88).

De “O Artigo
200” a “O
Aborto”

É nesse momento também que Figueiredo Pimentel, aproveitando-se da passagem do formato folhetim no *Província do Rio* para a edição em volume, denuncia a censura sofrida e se vinga daqueles que mutilaram seu romance no jornal, condenando a hipocrisia da sociedade niteroiense e dando nome aos bois. Indica diretamente o proprietário do periódico, Joaquim Ferreira Guimarães, nome encontrado nos exemplares da Fundação Biblioteca Nacional, e joga na lama a reputação de senhoras, religiosos e funcionários, todos dignos de figurarem nas notas escandalosas dos jornais:

55

Num dos folhetins notou suspensão do sentido, como que a falta de um longo trecho. Atribui-o a um descuido de paginação, mas no número seguinte não achou errata, como de estilo, e viu-o todo truncado. No terceiro não houve rodapé, que apareceu no quarto, finalizando – um final estapafúrdio, besta, sem sentido, de fancaria, quando o romance filiava-se à escola naturalista de Zola.

Achou a explicação depois. O romancista, ainda com a assinatura de *Albino Peixoto*, narrava-o aos leitores. Os três últimos folhetins foram cortados, e suspenso toda a conclusão, porque *O artigo 200* era imoral.

Mais tarde soube: Ferreira Guimarães, o redator-proprietário, vira-se obrigado a assim proceder, em vista das inúmeras censuras e reclamações que recebera da mulher do Dr. Barros Tinoco, amante do padre Caldas; do comendador Moraes Costa, cuja filha fora deflorada pela sua ordenança, quando era subdelegado; da professora d. Florinda Silva, amiga desde a Escola Normal com o Samuel da loja de móveis. E, assim, todos os que protestaram, cheios de crônicas escandalosas. (PIMENTEL, 1893, p. 88).

A relação com o Naturalismo é, então, inúmeras vezes reiterada, desde o prefácio. O autor exacerba as referências ao citar romances e textos críticos e ao refletir sobre a estética que adota dentro do corpo do próprio romance, medindo, de certa maneira, sua escrita com a dos naturalistas franceses, portugueses e brasileiros. Num paroxismo de reflexividade, faz do próprio romance e da censura por ele sofrida partes constitutivas do texto, sem deixar de se autoneostrar, remetendo, assim, para o que Pierre Bourdieu considera como uma das manifestações mais significativas da autonomia no campo literário, quando a literatura se torna objeto de sua própria reflexão, trazendo referências de personagens de romances a outros personagens de romance, alusão à história interna do gênero e cumplicidade com o leitor capaz de reconhecer essa rede de alusões (BOURDIEU, 1992, p. 148). Figueiredo Pimentel também não se furta em admitir a postura dos livreiros e editores, como Pedro da Silva Quaresma, que põem em circulação tais livros sob a etiqueta de “romances para homens”, assumindo o viés erótico e escandaloso do romance naturalista.

Vê-se encenada em *O aborto* a própria relação do autor com a imprensa, em suas múltiplas atuações no campo como jornalista, cronista e folhetinista. O romancista aparece, como os editores e jornalistas, exercendo também o papel de mediador entre os textos – no caso, a literatura naturalista em seus modos, modelos e autores – e o leitor.

Para concluir

A carreira de Figueiredo Pimentel como jornalista e romancista de “livros para homens” ou de romances de sensação começa a ser revisitada. Resta ainda muito a fazer para dar visibilidade à trajetória de múltiplas facetas desse homem de letras que soube fazer de sua pena um instrumento de trabalho profícuo e sem limites ao escrever em vários jornais, assinando diferentes colunas com diferentes pseudônimos, e ao associar-se a projetos editoriais arrojados, como o foi o de Pedro da Silva Quaresma, da Livraria do Povo, apoiado fortemente na publicidade para concorrer com os editores estrangeiros no Brasil (MACHADO, 2012).

Figueiredo Pimentel rompeu as barreiras entre os gêneros, sem preconceitos, sendo conhecido à época tanto como o autor de histórias infantis de sucesso quanto como o escandaloso e imoral escritor de *O aborto*, *Um canalha* (1895), *Suicida* (1895) e *O terror dos maridos* (1897), além de ser, desde 1907, o famoso jornalista da coluna “O Binóculo”,

da *Gazeta de Notícias*, abordando a moda, ditando regras do bom gosto, afirmando que “O Rio civiliza-se”, bordão lançado em suas crônicas. Não há nesse polígrafo das letras brasileiras idealização literária. Prova disso é sua escolha pela publicação de narrativas naturalistas e escandalosas, aspecto de sua carreira que a historiografia literária preferiu calar, consagrando-o apenas como autor de edificantes livros infantis, como *Histórias da Carochinha*, *Histórias da avozinha*, *Histórias da Baratinha*, *Teatrinho infantil*, volumes ainda facilmente encontrados em sítios de livrarias, enquanto que sua produção de romancista e contista continua ignorada e os romances, que outrora fizeram enorme sucesso com grandes tiragens, tornaram-se obras raras e dificilmente disponíveis, mesmo nas melhores bibliotecas do país.

De “O Artigo
200”a “O
Aborto”

57

Referências

BAGULAY, David. **Le Naturalisme et ses genres**. Paris: Nathan, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire**. Paris: Seuil, 1992.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

KALIFA, D., RÉGNIER, Ph., THÉRENTY, M.-E.; VAILLANT, A. **La civilisation du journal: histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX^e siècle**. Paris: Nouveau Monde, 2011.

LAHIRE, Bernard (avec la collaboration de Géraldine Bois). **La condition littéraire: la double vie des écrivains**. Paris: La Découverte, 2006.

MACHADO, Ubiratan. **História das livrarias cariocas**. São Paulo: Edusp, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Le discours littéraire: paratopie et scène d'énonciation**. Paris: Armand Colin, 2004.

MELMOUX-MONTAUBIN, Marie-Françoise. **L'écrivain-journaliste au XIX^e siècle**: un mutant des lettres. Saint-Étienne: Éditions des Cahiers Intempestifs, 2003.

PIMENTEL, Figueiredo. **O aborto**. Rio de Janeiro: Livraria do Povo: Quaresma & Comp., 1893.

Jornais consultados

*Pedro Paulo
G. F. Catharina*

58

Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, 20 mar. 1893, 23 mar. 1893, 26 mar. 1893, 27 mar. 1893, 28 mar. 1893, 29 mar. 1893, 3 abr. 1893 e 3 jul. 1893.

O País, 29 jan. 1893, 31 jan. 1893, 3 fev. 1893, 16 fev. 1893, 21 abr. 1893, 27 jun. 1893 e 11 ago. 1895.

Província do Rio. Folha diária da Província do Rio de Janeiro. Niterói, ano 1, n. 1, 15 abr. 1883.

Província do Rio. Órgão do Partido Liberal. Niterói, ano 2, n. 223, 3 dez. 1885.

Província do Rio. Órgão do Partido Liberal. Niterói, ano 5, n. 574, 15 mar. 1888.

Província do Rio. Órgão do Partido Liberal. Niterói, ano 6, n. 656, 25 set. 1888.